

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS PATO BRANCO**

CRISTIANE LINS DA ROSA DIONIZIO

**EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS
LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3 EM CONFORMIDADE COM
CPC 04 (R1)**

**TRABALHO DE QUALIFICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA
PPGCF**

**PATO BRANCO
2020**

CRISTIANE LINS DA ROSA DIONIZIO

**EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS
LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3 EM CONFORMIDADE COM
CPC 04 (R1)**

Trabalho de Qualificação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Contábil e Financeira, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Contábil e Financeira – PPGCF – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Pato Branco.

Orientador(a): Luciane Dagostini

**PATO BRANCO
2020**



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Especialização em Gestão Contábil e Financeira



TERMO DE APROVAÇÃO

Título do Trabalho de Monografia

Evidenciação dos Ativos Intangíveis das Empresas Listadas no Novo Mercado da B3 em Conformidade com CPC 04 (R1)

Nome do aluno: **Cristiane Lins da Rosa Dionizio**

Esta monografia de especialização foi apresentada às 20 horas, no dia 03 de outubro de 2019, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão Contábil e Financeira, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

(Aprovado, Aprovado com restrições, ou Reprovado).

Prof. Me. Luciane Dagostini
Orientadora

Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi
Avaliador - UTFPR

Profa. Dra. Priscila Rubbo
Avaliador UTFPR

OBS: O ORIGINAL ENCONTRA-SE ASSINADO NA COORDENAÇÃO DO CURSO

Resumo

O presente estudo teve como objetivo verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3, em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1), no ano de 2017. A coleta dos dados deu-se através de um *checklist* embasado no CPC 04, adaptado do estudo de Moura, Varela e Beuren (2014). A metodologia caracteriza-se quanto ao objetivo como descritiva, quanto aos procedimentos está classificada como documental e a abordagem do problema está qualificada como uma análise quali-quantitativa. Os resultados revelaram um índice de evidenciação médio de conformidade de 70,61%, sendo que o maior índice obtido pelas empresas analisadas foi de 87,50% pela empresa Ecorodovias e o menor índice de 4,76% pelas empresas Direcional e Even Construtora. Na análise realizada por setor, constatou-se que o setor com maior índice de evidenciação foi o setor de Bens Industriais, obtendo um percentual de 80,48% e o setor que menos evidenciou foi o setor de Materiais Básicos com um percentual de 58,33%. Por fim, verificou-se que o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 considerado alto foi de 53,45%, evidenciando mais de 75% dos itens analisados. Também, verificou-se que 35,54% das empresas estão em um nível de evidenciação considerado médio/alto e que aproximadamente 12% das empresas estão em um nível considerado baixo ou médio/baixo. Ou seja, mais da metade das empresas tem se adequadado e melhorado suas divulgações em conformidade as normas estabelecidas pelo CPC 04 (R1) (2011).

Palavras chave: Evidenciação; Ativos Intangíveis; CPC 04 (R1).

Abstract

This study aimed to verify the level of disclosure of intangible assets of companies listed in the Novo Mercado segment of B3, in accordance with the provisions of CPC 04 (R1), in 2017. Data were collected through a checklist based on CPC 04, adapted from the study by Moura, Varela and Beuren (2014). The methodology is characterized as objective as descriptive, as the procedures are classified as documentary and the approach to the problem is qualified as a qualitative and quantitative analysis. The results revealed an average compliance disclosure index of 70.61%, with the highest rate obtained by the companies analyzed being 87.50% by the company Ecorodovias and the lowest index of 4.76% by the companies Direcional and Even Construtora. In the analysis carried out by sector, it was found that the sector with the highest disclosure rate was the Industrial Goods sector, obtaining a percentage of 80.48% and the sector that showed less evidence was the Basic Materials sector with a percentage of 58, 33%. Finally, it was found that the disclosure level of intangible assets of companies listed in the B3 New Market segment considered high was 53.45%, showing more than 75% of the items analyzed. Also, it was found that 35.54% of the companies are in a level of disclosure considered medium / high and that approximately 12% of the companies are in a level considered low or medium / low. That is, more than half of companies have been adjusting and improving their disclosures in accordance with the standards established by CPC 04 (R1) (2011).

Keywords: Disclosure; Intangible assets; CPC 04 (R1).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS	9
2.2 CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS	10
2.3 ESTUDOS ANTERIORES	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
4 ANÁLISE DE DADOS	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS	22

Evidenciação dos Ativos Intangíveis das Empresas Listadas no Novo Mercado da B3 em Conformidade com CPC 04 (R1)

Cristiane Lins da Rosa Dionizio(UTFPR)¹

Luciane Dagostini(UTFPR)²

1 Introdução

O desenvolvimento econômico e a concorrência de mercados fazem com que as empresas não se limitem a fatores tradicionais, como capital e trabalho, mas que busquem por diferenciais para manterem-se competitivas no mercado (MOURA, THEISS, CUNHA, 2014).

Neste sentido, os ativos intangíveis estão ganhando frente aos ativos tangíveis por serem considerados como um potencial de competitividade empresarial, além de que, seu reconhecimento e mensuração reflete aos investidores que empresa tem noção de seu devido valor, refletindo na qualidade da informação contábil disponibilizada a os usuários (ANTUNES, LEITE, 2008)

No ano de 2008, foi criado o Pronunciamento Técnico CPC 04 2010 – Ativos Intangíveis, que vem ao encontro às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38, este pronunciamento teve por objetivo definir o tratamento contábil dado aos ativos intangíveis e também determinar os critérios para reconhecimento destes ativos estabelecendo como deve ser feita sua mensuração e divulgação. (SILVA, FERREIRA, MARAGNO, 2017).

Vale ressaltar que pelas Normas de Contabilidade atuais se faz necessário que as empresas apresentem suas demonstrações financeiras em conformidade com as normas contábeis vigentes em nosso país, bem como em harmonia com as práticas internacionais de contabilidade, sendo assim deve então evidenciar os ativos intangíveis em conformidade com o que orienta estas normas (MELLO *et al.*, 2017).

Mas o que seriam estes ativos intangíveis? Como identificá-los? São considerados recursos raros e com valor atribuído (LEV, 2001), consistem em ativos sem base física, como

1 Bacharel em Ciências Contábeis (UTFPR). crislinsrosa23@gmail.com.

2 Doutoranda do PPGCONT (UFPR). Professora efetiva do Curso de Ciências Contábeis (UTFPR). ldagostini@utfpr.edu.br

as patentes, marcas, franquias, direitos autorais, licenças, *goodwill*, processos secretos, licenças, *softwares* desenvolvidos, banco de dados, direitos de exploração e operação, concessões públicas, carteira de clientes, entre outros (MORAES, CARVALHO, 2017).

Existe uma preocupação constante quanto a evidenciação dos ativos intangíveis por parte das empresas, devido à sua relevância, forma de mensuração, de evidenciação, ou seja, como retratar com fidelidade e segurança os ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, tem se tornado um desafio. Neste sentido, em virtude do enredamento que envolve o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, pode ocorrer a divulgação de informação contábil visada para os usuários, podendo interferir também na valoração da empresa (DOMENEGHETTI, MEIER, 2009). Há vários estudos que buscam retratar este cenário, como por exemplo a área de pesquisa e desenvolvimento, *ágio*, ativos gerados internamente, dentre outros, sendo que o objetivo comum é que sejam diferencial para agregação de valor às empresas (OLIVEIRA, 2017).

Eloy e Souza (2018) reportam em seu estudo esta preocupação quanto a correta evidenciação dos ativos intangíveis. Evidenciaram que a maioria das entidades que divulgam suas demonstrações nas bolsas de valores vem demonstrando uma relevante diferença entre seu valor contábil e seu valor econômico. Que de fato esta diferença está atrelada a importância dos ativos intangíveis na constituição patrimonial das empresas.

A relação entre o valor de mercado e o valor contábil de acordo com Moraes, Carvalho (2017) origina o que se chama de grau de intangibilidade, índice que está cada vez mais associado aos resultados financeiros das companhias. Logo, a admissão do ativo intangível nas análises econômicas oferece benefícios, já que os valores apresentados pela contabilidade não demonstram a verdadeira representatividade de uma empresa no mercado atual.

Silva, Ferreira, Maragno (2017), reportam que os ativos intangíveis impactam diretamente nos resultados das empresas, mesmo que raro este reconhecimento, visto que afetam diretamente nos lucros das entidades, pois criam valor de forma isolada e o agrupamento destes ativos é essencial para a geração de valor dos mesmos.

Por conseguinte, tendo em vista a evolução de convergência das normas brasileiras às normas internacionais o presente artigo traz como problema de pesquisa: Como as empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 evidenciaram seus ativos intangíveis, com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 04 (R1) no ano de 2017? Considerando o exposto, o objetivo geral deste artigo é: **Verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas**

listadas no segmento Novo Mercado da B3, em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1).

Isto posto, este estudo se justifica no fato de que as organizações não devem limitar-se apenas aos recursos materiais, dado que ativos tangíveis e intangíveis trabalham em atuação conjunta em favor das mesmas, tornando-as mais eficientes, ainda de acordo com os autores é a união de ambos que influenciará uma alavancagem significativa e positiva nos resultados da empresa, bem como uma melhoria na sua imagem perante seus *stakeholders* (FREIRE, FILHO, MACEDO, 2018).

Destacam ainda que o esforço das empresas em assimilar, compreender e possuir ativos intangíveis justifica-se por serem considerados um dos principais agentes de geração de valor, visto que podem alavancar o desempenho das empresas. Ainda de acordo com Freire, Filho, Macedo (2018), por todo o exposto nota-se a relevância dos ativos intangíveis para as entidades e que há um longo caminho a percorrer no que se refere a identificação e mensuração desses ativos.

Com efeito muito tem se estudado sobre este tema nos últimos anos no intuito de apurar os avanços no processo de divulgação das informações sobre os ativos intangíveis, dentre muitos trabalhos podemos citar alguns mais recentes tais como os de Moura, Varella, Beuren (2014), Lopes, Alves, Filho, Monteiro, Lagioia, Cordeiro (2014), Filho, Lagioia, Filho, Araújo, Lemos (2014), Brizolla, Turra (2015); Oro, Klan (2015), Lima, Prazeres, Araújo, Araújo, Oliveira (2015); Magro, Silva, Padilha, Klann (2017); Mello, Gonçalves, Correia, Mourão (2017); Cavalcanti, Amaral, Correia, Louzada (2017); Barsch, Souza (2017); Ritta, Cunha, Klann (2017); Ventura, Rover (2017); Silva, Ferreira, Maragno (2017); Almeida, Jordão (2017); Callado, Silva (2018); Joseph, Gonçalves-Dias; Felsberg, Igari (2018); Freire, Filho, Macedo (2018); Piontkewicz, Freitas (2018).

Esta pesquisa está dividida em cinco seções, a primeira consiste nesta introdução, seguida de um referencial teórico abordando o tema Ativos Intangíveis, os Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação dos Ativos Intangíveis para melhor compreensão do tema, sendo finalizado com os estudos anteriores. Na terceira seção encontra-se a metodologia utilizada para atingir ao objetivo proposto, na sequência são apresentados os resultados encontrados a partir da análise das notas explicativas das empresas observadas, com tabelas de categorização das escolhas contábeis evidenciadas no CPC 04 e por fim encontra-se na seção cinco as considerações finais desta pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Ativos Intangíveis

Por definição de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (2010, pg. 5-6), ativos são “recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera benefícios econômicos futuros para a entidade”, estes ainda podem ser classificados como tangível e intangível. Em que, tangível são os recursos de natureza física ou monetária, enquanto que os ativos intangíveis são recursos não monetários identificáveis e sem substância física.

Meneses, Ponte, Mapurunga (2011) estabelece ainda que o toque pode ser a característica que distingue os ativos tangíveis dos intangíveis. Logo, os ativos tangíveis são aqueles que fazem parte do patrimônio da empresa, que são palpáveis, ou seja, são constituídos por imóveis, terrenos, máquinas, dentre outros de substância física. Ao passo que os intangíveis se referem aos bens que não se pode tocar, nem se pode perceber. Portanto, podem constituir-se por marcas, patentes, capacidade de inovação, capital humano e afins. Os ativos intangíveis são compreendidos pelos bens incorpóreos que não são palpáveis (SILVA, FERREIRA, MARAGNO, 2017).

Chander, Mehra (2011), destacam em seu estudo como em diferentes partes do mundo este tema é de fato relevante e mostraram como vem sendo estudado, visando examinar a extensão dos relatórios dos ativos intangíveis, além de retratarem como o processo de criação de valor tornaram-se importantes para as empresas, pois reconhecendo-os se faz necessária a sua comunicação aos interessados como acionistas, investidores, etc.

Lemes, Carvalho (2010) apresentam um resumo de alguns procedimentos contábeis a serem tomados com relação aos ativos intangíveis, no que se refere ao reconhecimento, mensuração e evidenciação, apresentado no Quadro 1:

Quadro 1: Procedimentos contábeis aos ativos intangíveis

Tratamento Contábil	Práticas a Serem Adotadas
RECONHECIMENTO	- Avaliar se o ativo gerará benefícios econômicos futuros. - Mensuração confiável do custo do ativo.
MENSURAÇÃO	- Avaliar a possibilidade de estimar com segurança o ativo. - O método de amortização utilizado.
EVIDENCIAÇÃO	- Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se infinitas informar o método adotado de estimação. - O método de amortização utilizado. - O valor contábil bruto e a amortização acumulada.

Fonte: Adaptado de Lemes, Carvalho (2010)

Ritta, Cunha, Klann (2017) evidenciam que os ativos intangíveis oferecem diferenciação no mercado atual por trazer vantagens competitivas, visto que se reconhece a devida relevância dos ativos intangíveis para a condução dos negócios como fonte de subsidiar o desempenho organizacional das entidades. O Quadro 2 elaborado por Ritta, Cunha, Klann (2017), apresenta quais ativos intangíveis mais usualmente tem sido reconhecido nas demonstrações contábeis

Quadro 2 – Exemplos de Ativos Intangíveis

Tipo	Características
Marca	Símbolo, termo ou nome que identifica um produto ou empreendimento comercialmente.
Títulos de periódicos	São publicações eletrônicas e/ou impressas, que ocorrem em determinados intervalos de tempo.
<i>Software</i> (sistema computacional)	Sistema lógico que processa dados de acordo com instruções programadas.
Licenças e franquias	Direito concedido a terceiros, para o uso comercial de produtos e serviços ou exploração de recursos naturais ou públicos.
Direitos autorais, concessões, patentes e outros direitos de propriedade	Direito passível de controle e exploração industrial, operacional ou de serviço que gera benefícios incrementais futuros.
Receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos	São elementos controlados pela empresa capazes de gerar benefícios futuros.
Ativos Intangíveis em desenvolvimento	Gastos incorridos que possuem capacidade de benefícios futuros, na geração de novos conhecimentos, produtos ou serviços.
Goodwill (Ágio por expectativa de rentabilidade futura)	Compra vantajosa de uma combinação de negócios, ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Fonte: Ritta, Cunha, Klann (2017)

As constantes mudanças no ambiente empresarial e no cenário mundial em razão da globalização, tem levado as empresas a investirem mais nas áreas de informação, pesquisa e conhecimento, fato que elevou os ativos intangíveis a outro patamar de importância nas entidades. Em que aquelas que melhor gerenciarem seus intangíveis alcançarão maior competitividade no mercado atual. Ainda, em alguns casos os ativos intangíveis chegam a ser mais importantes e significativos para as empresas do que as máquinas, móveis e imóveis (PINTO, 2017).

2.2 Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação dos Ativos Intangíveis

A lei 11.638/2007 traz como definição que os ativos intangíveis são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos que sejam destinados à manutenção da entidade, ou desempenhado com este intuito. Em contrapartida, o CPC 04 (R1) (2011) que foi transcrito do IAS 38 (*Intangible Assets 38*) define que ativos intangíveis são aqueles ativos não monetários,

identificáveis, que não possuem substância física, que são controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros.

Quando um ativo intangível não atender a definição dada pelo CPC 04 (R1) (2011), todos os gastos incorridos para a sua aquisição e/ou geração deve ser reconhecido como despesa sempre que existir.

O CPC 04 (R1) (2011) define ainda que os ativos intangíveis precisam atender aos critérios de **reconhecimento**, mensuração e evidenciação, donde temos que para ser reconhecido como um ativo intangível é preciso que sejam provados que seus benefícios econômicos futuros esperados e atribuíveis aos mesmos serão gerados em favor da entidade, além de seu custo ser mensurado com confiabilidade. Barcelos *et al* (2011) citam que os benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos intangíveis podem advir pelo meio de uma receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Já para que um ativo intangível seja **mensurado** de acordo com o que determina o CPC 04 (R1) (2011) está previsto que a entidade pode em determinadas circunstâncias escolher entre mensurar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, contudo ao optar pelo método de reavaliação terá que verificar se não há nenhuma restrição legal pré-estabelecida que venha impedir esta escolha.

Deste modo, após o seu reconhecimento inicial o mesmo deve ser apresentado ao seu custo sendo assim desconsiderada uma eventual amortização acumulada e alguma perda acumulada. Já para o método de reavaliação, após o seu reconhecimento inicial, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, consonante ao seu valor justo à data da reavaliação. No que tange a reavaliação nos termos do Pronunciamento Técnico, o valor justo deve ser mensurado em relação a um mercado ativo, lembrando que a reavaliação deve ser realizada frequentemente para que na data do balanço não venha a apresentar divergências significativas em relação ao seu valor justo. (CPC 04 (R1), 2011).

Para **evidenciar** os ativos intangíveis de modo a atender a normativa dada pelo CPC 04 (R1) (2011), os critérios são aqueles que estão sendo analisados nesta pesquisa enumerados no Quadro 3, onde a entidade precisa atender a quesitos referentes a vida útil/valor, amortização, adições e baixas, além de informação sobre toda e qualquer reavaliação realizada pertinentes aos ativos intangíveis.

2.3 Estudos Anteriores

Uma vez que é relevante um estudo aprofundado sobre o tema, a seguir são relacionadas diferentes pesquisas realizadas concernentes ao mesmo tema, destacando suas contribuições e resultados, donde também foram utilizados como base para o presente estudo.

Os estudos que analisaram a evidenciação dos ativos intangíveis com uso de *checklist* relacionado ao CPC 04 (R1), são: Antunes, Da Silva, Saiki (2009); Crisóstomo, (2009); Ritta, Ensslin, Ronchi, (2010); Barcellos, Ensslin, Almeida, Silva, Rossi, Reina, (2011); Marques, Santos, Gouveia, (2011); Jacques, Rasia, Ott, (2012); Silva, Hobo, Scarelli, Kudo, (2012); Santos, Ximenes, Gallon, Luca, (2012); Moura, Varela, (2014); Lopes *et al.*, (2014); Lima *et al.*, (2015); Silva, Ferreira, Maragno, (2017).

Os estudos anteriores sobre os ativos intangíveis com o uso de *checklists*, quer sejam adaptados do CPC 04 ou IAS 38, neles os pesquisadores buscaram conhecer o nível de evidenciação das companhias abertas brasileiras listadas na B3, concluíram que apesar de nenhuma empresa ter atingido 100% a aderência ao disposto no CPC 04, identifica-se que há uma saudável intenção em adequar-se ao que determina o Pronunciamento Técnico.

Demonstraram ainda que no período analisado o ágio, *software* e os direitos contratuais foram os elementos de ativos intangíveis mais evidenciados pelas empresas, também concluíram que as alterações mais significativas ocorreram no final do exercício de 2008, evidenciando ainda mais a real inclinação em adaptar-se à nova realidade imposta.

Verificaram também que as empresas analisadas ao divulgarem suas informações sobre os ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis tiveram como canal mais utilizado as notas explicativas, indicando uma sintonia com o que determina o CPC 04 (R1) (2011), demonstrando que este tornou-se de fato eficaz em sua aplicação. E, no que tange a divulgação simultânea de ativos intangíveis e imobilizados, a conclusão foi que na população analisada nenhuma das empresas divulgou de forma completa as informações referentes aos ativos intangíveis e imobilizados simultaneamente, apontando que apesar da boa intenção em adaptar-se ainda existe certa dificuldade para cumprir integralmente as normas determinadas pela nova legislação vigente.

Há também outras pesquisas que relacionaram os ativos intangíveis com outras variáveis, sem o uso do *checklist* do CPC 04 (R1), destacando assim a importância da evidenciação dos ativos intangíveis a influência destes no contexto das organizações. Como: endividamento e nível de risco (KAYO, 2002); capital intelectual, desempenho financeiro, criação de valor (PUNTILLHO, 2009); Tamanho e status (CUNHA *et al.*, 2010); valor do

intangível, amortização, vida útil, conciliação do valor contábil (MOURA *et al.*, 2011); tamanho, lucro, rentabilidade e endividamento das empresas (MENESES, PONTE, MAPURUNGA, 2011); valor de mercado e valor contábil das empresas (SAHUT, BOULERNE, TEULON, 2011); origem, representatividade (RECH, SCHNORRENBURGER, LUNKES, 2012); *Value Added Intellectual Coefficient* (VAICTM), Eficiência de Capital Humano (HCE), Eficiência Capital Estrutural (SCE) e Capital Eficiência Empregado (CEE) (SALMAN, MANSOR, MAHAMAD, 2012; BRIZOLLA, TURRA, 2015); taxas de depreciação (FREIRE *et al.*, 2012); *goodwil* (SILVA FILHO, 2012; ELOY, SOUZA, 2018); governança corporativa (MOURA, VARELLA, BEUREN, 2014; CINTRA, 2016; FREIRE, FILHO, MACEDO, 2018); *Impairment test* (ORO, KLANN, 2015); retorno de ações (MAGRO *et al.*, 2017); Q de Tobin, Grau de intangibilidade, EVA, SPREAD, ROA, ROE, ROI (JANOSEVIÆ, DZENOPOLJAC, 2012; MORAES, CARVALHO, 2017; RITTA, CUNHA, KLANN, 2017).

Igualmente no âmbito de pesquisas bibliográficas e análises empíricas, destacam-se os estudos bibliográficos de Caldas, Carvalhal (2011); Gerhardt, Siluk, (2017); Callado, Silva, (2018); Joseph *et al.*, (2018). As pesquisas empíricas de Moura, Fank, Rausch, (2014); Sgoda, Freitag, (2015); Mello, Gonçalves, Correia, Mourão, (2017); Cavalcanti, Amaral, Correia, Louzada, (2017); Mello (2017).

Neste contexto, fica evidenciada a importância dada pela literatura em relação a temática dos ativos intangíveis.

3 Procedimentos Metodológicos

O delineamento metodológico desta pesquisa fundamenta-se quanto ao seu objetivo como uma pesquisa descritiva, com a abordagem do problema classificada como qualitativa. Pois, tanto qualifica, quanto quantifica analisando as informações sobre ativos intangíveis demonstrados nos relatórios financeiros e notas explicativas das empresas analisadas, verificando se estão em concordância ao que o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1). O procedimento da pesquisa é classificado documental, utilizando-se de dados secundários, porquanto foram obtidos por meio de análise dos documentos divulgados na B3, tais como balanço patrimonial consolidado, notas explicativas e dados obtidos nos *websites* das empresas da amostra.

Para obter a amostra final deste estudo a população inicial foi composta pelas 120 empresas listadas na B3, no ano de 2017, do segmento Novo Mercado e que apresentaram suas demonstrações contábeis referentes ao exercício social de 2017 até o mês de março do 2018.

Contudo a amostra final da pesquisa ainda foi reduzida para 116 empresas, esta redução ocorreu devido ao fato de algumas empresas apresentarem suas demonstrações em dois setores/subsetores, motivo pelo qual aparecem duas vezes na relação, ou ainda por não terem apresentado os dados solicitados no *checklist* ou estão em recuperação judicial invalidando suas apresentações por estarem incompletas.

Para a coleta de dados foi utilizado um *checklist*, de perguntas adaptado do estudo de Moura, Varela e Beuren (2014). Com intuito de obter dados que mostrem informações quanto à natureza, a evidenciação, mensuração, a contabilização e a evidenciação dos ativos intangíveis, com base nos dispositivos do CPC 04 (R1), conforme Quadro 3:

Quadro 3: *Checklist*

Contexto de avaliação	Perguntas para identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis	
Vida útil/valor	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
	3	Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?
	4	Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
	6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
	7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
	8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
	9	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?
Amortização	10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
	11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?
	12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
	13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
	14	Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
Adições/baixas	15	Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?

	18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?
	19	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?
Reavaliação/ teste de impairment	20	Divulgou a data efetiva da reavaliação do intangível?
	21	Divulgou o saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período?
	22	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de impairment, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	23	Divulgou o valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	24	Divulgou o valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?

Fonte: Adaptado de Moura, Varela e Beuren (2014).

O *checklist* adaptado de Moura, Varela, Beuren (2014) utilizado neste estudo, foi elaborado em conformidade com o CPC 04 (R1) (2011). Logo, o Quadro 3 apresenta as informações que devem ser divulgadas conforme as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) (2011). Por meio deste então buscou-se observar se as informações foram exibidas conforme as determinações do referido pronunciamento técnico, a análise das notas explicativas ocorreu por meio da sua leitura e busca por palavras-chave relativa aos itens do *checklist*.

Ao aplicar o *checklist*, foram conferidas notas 0 e 1 para cada resposta, atribuindo nota 0 para as respostas que não estavam de acordo com as informações obrigatórias em conformidade com o CPC 04 e nota 1 para as informações divulgadas em conformidade com referido Pronunciamento Técnico. Na sequência, os resultados serão classificados de acordo com Tabela 1, que demonstra o nível de evidência classificado em níveis como: baixo, médio/baixo, médio/alto e alto, conforme utilizado por Silva, Ferreira, Maragno (2017).

Tabela 1: Critérios para identificar o nível de evidência

Pontuação obtida por empresas em%	Nível de evidência
0 a 25%	Baixo
25,01 a 50%	Médio/baixo
50,01 a 75%	Médio/alto
75,01 a 100%	Alto

Fonte: Silva, Ferreira, Maragno (2017)

Deste modo a pontuação final é a soma das 21 respostas pertinentes as 21 perguntas do questionário do Quadro 3. Para averiguar o nível de evidência dos ativos intangíveis

calculou-se então a proporção dos pontos de cada empresa no tocante ao total de perguntas, conforme Tabela 1, que mostra os critérios tomados para estabelecer o nível de evidenciação.

4 Análise de dados

Nesta parte do estudo, demonstra-se a forma com que os dados foram tratados por meio das análises realizadas. Na Tabela 2 são apresentadas as empresas com os maiores valores de intangíveis em relação ao ativo total, nota-se que apenas 10,34% destas possuem mais de 50% de intangíveis em seu ativo total, ao mesmo tempo que dentre as 116 empresas analisadas percebeu-se também que mais de 70% delas, ou seja, 82 empresas têm menos de 25% de intangíveis declarados em seu ativo total. Para as demais os valores de intangíveis ficaram com representatividade entre 25% e 50% frente ao ativo total.

Tabela 2: Representatividade dos Ativos Intangíveis

Empresa	Ativo total	Ativo intangível	Proporção de intangível em relação ao ativo total
Sabesp	39.546.444	33.466.132	84,62%
Tpi - Triunfo	4.589.036	3.622.071	78,93%
Santos Brasil	2.764.690	1.847.027	66,81%
Qualicorp	3.531.358	2.259.885	63,99%
Kroton Educação	18.667.762	11.298.889	60,53%
Ecorodovias	7.815.758	4.539.727	58,08%
Senior Solution	157.501	90.251	57,30%
Copasa	10.809.992	6.135.235	56,76%
International Meal	1.512.424	838.102	55,41%
CSU	400.562	206.914	51,66%
Restoque	3.690.947	1.889.702	51,20%
CCR	30.612.208	15.566.428	50,85%

Fonte: Dados da pesquisa

No estudo de Silva, Ferreira, Maragno (2017) observou-se que seis perguntas do *checklist* analisado receberam nota 0 em todas as empresas analisadas e que tiveram como procedimento tomado o mesmo utilizado no presente estudo, ou seja, foram consideradas como não aplicáveis, tendo em vista a nulidade integral das respostas obtidas, logo para não comprometer a pontuação final de cada empresa, nem distorcer a análise realizada, tais itens foram excluídos dos critérios determinantes do nível de evidenciação dos ativos tratados no artigo.

Com os dados obtidos referente o levantamento das perguntas do *checklist*, observou-se que 3 perguntas, listadas na Quadro 3 ou na tabela 3, receberam nota 0 em todas as empresas analisadas. Deste modo, as mesmas foram consideradas não aplicáveis (*outliers*), tendo em vista sua nulidade total nas respostas obtidas e para não comprometer a pontuação final de cada empresa, nem distorcer a análise realizada, estes itens foram excluídos dos critérios na determinação do nível de evidenciação conforme Tabela 3.

Tabela 3: Perguntas excluídas por obterem respostas nulas

16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando por setor, notou-se que dentre as 21 perguntas restantes do questionário, o setor que mais evidenciou itens de acordo com o *checklist* analisado alcançando um percentual de evidenciação de 80,48% foi o setor de Bens Industriais, com 16,90 itens respondidos dentre as 21 perguntas do *checklist*. Já, o que menos evidenciou foi o setor de Materiais Básicos obtendo um percentual de 58,33%, com 12,25 itens respondidos, obtendo um índice médio de 70,61% conforme a Tabela 4:

Tabela 4: Média de evidenciação por setor

Setor	Resposta obtida	Percentual de evidenciação
Bens Industriais	16,90	80,48%
Consumo Cíclico	14,42	68,66%
Consumo Não Cíclico	12,46	59,34%
Materiais Básicos	12,25	58,33%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	15,80	75,24%
Saúde	15,64	74,46%
Tecnologia e Telecomunicação	15,60	74,29%
Utilidade Pública	15,73	74,89%

Fonte: Dados da pesquisa

Em comparação com o estudo realizado por Moura, Varela (2014) notou-se que o índice médio de evidenciação por setor de fato cresceu, visto que no estudo verificou-se que o maior índice encontrado foi o equivalente a 90% do setor de Tecnologia da informação, sendo este o maior índice encontrado na época, já o menor índice verificado foi o setor de Materiais Básicos

com o índice de 60%, enquanto que a média de evidenciação do estudo realizado em 2014 foi de 69%.

Voltando a este estudo, percebeu-se como verifica-se na Tabela 5, que nenhum dos itens pesquisados obteve 100% de evidenciação, revelando dubiedade na interpretação das normas para posterior divulgação, percebeu-se ainda uma média de evidenciação 14,82, dentre os 21 itens analisados nas notas explicativas das 116 empresas estudadas, gerando um percentual médio de evidenciação de 70,61% dos itens analisados.

Tabela 5: Nível de evidenciação por questão analisada

Perguntas para Identificar o Nível de Evidenciação dos Ativos Intangíveis		N	Evidenciado	% de Evidenciação	Média de evidenciação
1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?	116	108	93,10%	70,61%
2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?	116	111	95,69%	
3	Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?	116	103	88,79%	
4	Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?	116	99	85,34%	
5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?	116	105	90,52%	
6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?	116	105	90,52%	
7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?	116	49	42,24%	
8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?	116	9	7,76%	
9	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?	116	93	80,17%	
10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?	116	103	88,79%	
11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?	116	99	85,34%	
12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?	116	103	88,79%	
13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?	116	104	89,66%	
14	Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?	116	98	84,48%	
15	Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?	116	58	50,00%	
16	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?	116	43	37,07%	
17	Divulgou a data efetiva da reavaliação do intangível?	116	9	7,76%	

18	Divulgou o saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período?	116	9	7,76%
19	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de impairment, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?	116	115	99,14%
20	Divulgou o valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?	116	95	81,90%
21	Divulgou o valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?	116	102	87,93%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 5, nota-se que o item mais evidenciado foi o item 19, que trata sobre informações prestadas a respeito da divulgação de informações sobre a realização ou não do teste de *impairment*, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em comparação com o estudo de Silva, Ferreira, Maragno (2017), o item mais evidenciado foi o item 1 que havia recebido 100% de evidenciação.

Como já visto os resultados revelaram um índice médio de conformidade na população estudada de 70,61%, sendo que o menor índice alcançado entre as empresas foi o percentual de 4,76% pelas empresas Direcional e Even Construtora e maior índice obtido o percentual de 87,50% alcançado pela empresa Ecorodovias.

Em relação ao estudo de Silva, Ferreira, Maragno (2017) o item menos evidenciado foi o item 3 deste *checklist* com apenas 6,67% de evidenciação, muito diferente do valor encontrado nesta pesquisa, pois os itens 8, 17, 18 foram os menos evidenciados, sendo que o item 8 trata da divulgação do valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações, notou-se na pesquisa que poucas empresas se preocupam em evidenciar tais informações.

Já o item 17, que trata da divulgação da data efetiva da reavaliação do intangível, verificou-se que este foi outro quesito que as empresas não se preocuparam em informar ou ainda há de se considerar que talvez as empresas efetivamente não realizaram tal reavaliação e por este motivo não informaram, mas por consequência também não informaram a não necessidade de fazê-la.

Por fim, o item 18 último a ser menos evidenciado trata da Divulgação do valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, outra situação em que não se pode verificar se a não evidenciação se deu pelo fato de realmente não ser informado com a devida

importância ou pelo fato de não haver necessidade de fazer tais provisões, contudo o fato é que não formam evidenciadas tais informações nas notas explicativas estudadas.

De forma que os resultados obtidos são consoantes aos resultados obtidos por Antunes, Da Silva, Saiki (2009); Crisóstomo, (2009); Ritta, Ensslin, Ronchi, (2010); Barcellos, Ensslin, Almeida, Silva, Rossi, Reina, (2011); Marques, Santos, Gouveia, (2011); Jacques, Rasia, Ott, (2012); Silva, Hobo, Scarelli, Kudo, (2012); Santos, Ximenes, Gallon, Luca, (2012); Moura, Varela, (2014); Lopes *et al.*, (2014); Lima *et al.*, (2015); Silva, Ferreira, Maragno, (2017). De que nenhuma empresa evidenciou 100% dos ativos intangíveis em aderência ao proposto pelo CPC 04, porém, estão fazendo a divulgação parcial, o que denota intenção em atender ao disposto na norma.

Na Tabela 6 encontra-se demonstrado o nível de evidenciação encontrado na pesquisa, ficando destacado que mais da metade das empresas estudadas estão num nível considerado alto indicado pelo percentual de 53,45% das empresas.

Tabela 6: Nível de Evidenciação dos Ativos Intangíveis

Pontuação obtida por empresas em %	Nível de evidenciação	Total de empresas	Número de empresas	% de empresas por nível de evidenciação
0 a 25%	Baixo	116	9	7,76%
25,01 a 50%	Médio/baixo	116	4	3,45%
50,01 a 75%	Médio/alto	116	41	35,34%
75,01 a 100%	Alto	116	62	53,45%

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda na Tabela 6 pode-se verificar que 35,54% das empresas estão no nível considerado médio/alto, ou seja, mais de 88% das empresas estão demonstrando que tem buscado divulgar em suas demonstrações as informações em conformidade com as normas do CPC 04 (R1) (2011). Enquanto que aproximadamente 12% das empresas estão num nível considerado baixo ou médio/baixo, demonstrando que as mesmas não conseguiram adequar-se as normas estabelecidas pelo CPC 04 (R1) (2011).

Silva, Ferreira, Maragno (2017), em um estudo similar a este, encontraram que o nível de evidenciação considerado baixo na amostra estudada foi de 6,7%, menor que o percentual encontrado neste estudo, já para o nível médio/baixo o percentual encontrado foi de 13,3%, maior que o encontrado no presente estudo, enquanto que no nível médio/alto foi identificado o percentual de 60% da amostra que atenderam a mais e 50% dos itens analisados e para o nível alto apenas 20% da amostra obteve um percentual considerado alto, indicando que em comparação com o presente estudo houve uma melhora no nível de evidenciação.

5 Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 em conformidade com as normas determinadas no CPC 04 (R1), por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04 (R1). Tendo em vista tal objetivo, foi utilizado um *checklist* constituído por 24 itens que foram coletados nas notas explicativas do setor Novo Mercado da B3 referentes ao ano de 2017, por meio de pesquisa descritiva, documental e quali-quantitativa.

Respondendo ao objetivo geral deste estudo, os resultados revelaram um índice médio de conformidade na população estudada de 70,61%, tendo como menor índice alcançado entre as empresas o percentual de 4,76% pelas empresas Direcional e Even Construtora e maior índice obtido o percentual de 87,50% alcançado pela empresa Ecorodovias.

Ao verificar a representatividade dos ativos intangíveis em relação ao ativo total das empresas, notou-se que apenas 10,34% das mesmas possuem mais de 50% de intangíveis em seu ativo total, também se verificou que mais de 70% delas, ou seja, 82 empresas têm menos de 25% de intangíveis declarados em seu ativo total. Assim as demais empresas tiveram seus valores de ativos intangíveis entre 25% e 50% de representatividade frente seu ativo total.

Ainda numa análise realizada por setor, verificou-se que dentre perguntas estudadas, o setor que mais evidenciou itens em conformidade com o *checklist* estudado foi o setor de Bens Industriais, obtendo um percentual de evidenciação de 80,48% e o setor que menos evidenciou foi o setor de Materiais Básicos obtendo um percentual de 58,33%.

Ao averiguar a evidenciação por item analisado do *checklist*, constatou-se que nenhum dos itens obteve 100% de evidenciação, revelando uma possível dificuldade na interpretação e divulgação das informações contábeis relativas aos ativos intangíveis, consoante ao reportado por Domeneghetti, Meier, (2009). Observou-se ainda que o item mais evidenciado foi o item 19 que trata das informações prestadas a respeito da divulgação de informações sobre a realização ou não do teste de *impairment*, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em contrapartida os itens menos evidenciados foram os itens 8, 17, 18, que tratam respectivamente sobre a divulgação do valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações, a divulgação da data efetiva da reavaliação do intangível e a divulgação do valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos,

Por fim, verificou-se o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no Novo Mercado da B3, donde concluiu-se que mais da metade das empresas pesquisadas enquadraram-se num nível considerado alto, indicado pelo percentual de 53,45% alcançado na análise, também se verificou que 35,54% das empresas estão num nível considerado médio/alto e que aproximadamente 12% das empresas estão num nível considerado baixo ou médio/baixo. Logo entende-se que as empresas têm buscado evidenciar nas demonstrações contábeis informações em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1) (2011).

Sendo o tema estudado considerado como de relevância, também contribui para debates e futuras pesquisas a respeito do reconhecimento e da evidenciação dos ativos intangíveis, além disto, pode-se entender que os resultados aqui alcançados podem servir como base para futuros estudos que visem analisar a evidenciação desde venham utilizar outras variáveis diferentes daquelas aqui analisadas, bem como analisar outros períodos para verificar o crescimento da evolução do nível de conformidade com as normas pré-estabelecidas pelo CPC 04 (R1) (2011).

Referências

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S. Divulgação de informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para analistas de investimentos. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 4, p. 22-38, 2008.

ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P.; SAIKI, T. G. Evidenciação dos Ativos Intangíveis (Capital Intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07. **In XVI Congresso Brasileiro de Custos**. Fortaleza. Anais. Associação Brasileira de Custos: Fortaleza, 2009.

ALMEIDA V. R.; JORDÃO R. V. D.; Análise dos Efeitos do Capital Intelectual na Lucratividade das Empresas Brasileiras. **Revista Universo Contábil**, vol. 13, n. 4, 2017.

BARCELLOS, M.; ENSSLIN, S. R.; SILVA, H. A. S.; REINA, D. R. M. Aderência ao CPC 04 (R1): existe relação ao Grau de Intangibilidade? **II Congresso Nacional e Administração e Ciências Contábeis, Rio de Janeiro**. Anais. Rio de Janeiro, 2011.

BARSCH, L. S.; SOUZA, M. M.; Características da Evidenciação da Fase de Pesquisa e Desenvolvimento de Ativos Intangíveis nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, BA, Brasil, 2017.

BM&FBOVESPA. **BM&FBOVESPA**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 10 de novembro 2015.

BRASIL. **Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos... DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REPÚBLICA DO BRASIL, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

- BRIZOLLA, M. M. B.; TURRA, S. Efeitos do Capital Intelectual Sobre o Desempenho Financeiro em Companhias de Capital Aberto. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 6, n. 3, p. 577-594, 2015.
- CALDAS, M. A. F.; CARVALHAL, R. L. Intangíveis e o valor da empresa – O caso da Vale. **Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional**, Ubatuba, 2011.
- CALLADO, A. L. C.; SILVA A. R.; Características da Produção Científica Associada à Intangibilidade e Desempenho Econômico-Financeiro sob a Perspectiva de Redes Sociais. **Desafio Online**, Campo Grande, v.6, n.1, Jan./Abr. 2018
- CAVALCANTI, J. M. M.; AMARAL, H. F.; CORREIA, L. F.; Louzada, L. C. Proposta de Convergência Teórica das Perspectivas das Finanças e da Contabilidade na Avaliação de Ativos Intangíveis. **Revista Universo Contábil**, vol. 13, n. 4, 2017, pp. 177-193 Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil.
- CHANDER, S.; MEHRA, V. A study on intangible assets disclosure: An evidence from Indian companies. **Intangible Capital**, v. 7, n. 1, p. 1-30, 2011.
- CINTRA, L. F. Governança Corporativa e a Evidenciação dos Intangíveis. **RIT - Revista Inovação Tecnológica**. V. 6. Nº 1. São Paulo. 2016.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). Pronunciamento Conceitual Básico. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**: Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 10 nov. 2015.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). Pronunciamento Técnico. **CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 10 nov. 2015.
- CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 12, n. 1, p. 50-68, jan/abr. 2009.
- CUNHA, A. G.; SOUZA, A. A.; SANTANA, L. F.; MAGALHÃES, V. G.; PELEGRINI, V. S.; MALAQUIAS, R. F. Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo com Empresas Brasileiras; **VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende. 2010.
- DOMENEGHETTI, D.; MEIER, R. **Ativos Intangíveis - o Real Valor das Empresas**. São Paulo: Campus, 2009.
- ELOY J. C. C.; SOUZA M. M.; Reconhecimento dos Ativos Intangíveis nas Combinações de Negócios: Uma análise nas características das Companhias de Capital Aberto Brasileiras no período entre 2012 E 2014. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-Bahia. V. 12, N. 1, Pág. 116-136, jan-abr 2018.
- FILHO, L. L.; LAGIOIA, U. C. T.; FILHO, F. A. C.; ARAÚJO, J. G.; LEMOS, L. V. Um estudo sobre o reflexo no reconhecimento dos ativos intangíveis após a adoção das normas internacionais de contabilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contexto**, v.14, n. 27, p. 55-69, maio/ago. Porto Alegre. 2014.
- FREIRE, M. D. M.; MACHADO M. R.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, J. J. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 6 n. 15. p. 3-22. São Paulo. 2012.
- FREIRE, M. M. A.; FILHO, A. R. A.; MACEDO, F. F. R. R.; Intangibilidade, Competitividade E Governança Corporativa: Estudo Nas Companhias Listadas Na Brasil Bolsa Balcão (B3).

2018. **XII Congresso ANPCONT.** 2018. Disponível em: <http://www.anpcont.org.br/pdf/2018_CUE520.pdf>. Acesso em 25 junho de 2018.
- JACQUES, F. V. S., RASIA, K. A., OTT, E. A evidenciação do ativo intangível em notas explicativas por empresas de capital aberto integrantes da BOVESPA. **Revista Espacios. Espacios.** Vol. 33 (3) 2012. Pág. 13. Fundação Empresas Polar, Caracas, 2012.
- JANOSEVIĆ, S.; DZENOPOLJAC, V. An investigation of intellectual capital influence on financial performance of top Serbian exporters. **Ekonomika preduzeća**, v. 60, n. 7-8, p. 329-342, 2012.
- JOSEPH, G. P. A.; GONÇALVES-DIAS S. L. F.; FELSBURG A. V.; IGARI A. T.; Responsabilidade Social Corporativa e Índices de Sustentabilidade: Um Estudo dos Ativos Tangíveis e Intangíveis à Luz da Visão Baseada em Recursos. **Revista de Gestão Social e Ambiental** - RGSA, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2018.
- KAYO, E. K. A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas. **Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2002.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade internacional para graduação.** São Paulo: Atlas, 2010.
- LEV, B. Intangibles: management, measurement and reporting. Washington: Brookings, 2001.
- LIMA, M. D. X.; PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G. N.; ARAÚJO, J. G.; OLIVEIRA, M. F. J. Análise do Nível de Divulgação dos Ativos Intangíveis e Imobilizados das Companhias do Setor de Construção e Transporte da BM&FBOVESPA; **XII Congresso Iniciação Científica em Contabilidade – USP**, São Paulo. 2015.
- LOPES, L. C.; ALVES, N. M.; FILHO, L. L. S.; MONTEIRO, J. A. M.; LAGIOIA, U. C. T.; CORDEIRO, P. C. Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04. **Qualit@s Revista Eletrônica.** Vol.15. n. 1. 2014.
- MAGRO, C. B. D.; SILVA, A.; PADILHA, D.; KLANN, R. C. Relevância dos ativos intangíveis em empresas de alta e baixa tecnologia. **Nova Economia**, v.27 n.3 p.609-640, 2017.
- MARQUES, J. A. V. C.; SANTOS, R. F.; GOUVEIA, V. A. L. Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 52, São Paulo. 2011.
- MELLO, J. A. V. B.; GONÇALVES, F. M.; CORREIA, F. D. S.; MOURÃO, H. M. Percepções Sobre Valoração dos Ativos Intangíveis em Clubes de Futebol do Rio De Janeiro. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, Vol. 7 n. 2, p.331-347, jul/dez. 2017.
- MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. **Determinantes do nível de disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras.** 2011. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/215-2.pdf>>. Acesso em 10 nov. Vitória. 2015.
- MORAES, J. P. S. C.; CARVALHO, L. **Relação entre os ativos intangíveis e o desempenho econômico das empresas que compõem o índice IBRX 100 – Índice Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1269.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2018.
- MOURA, G. D. DALLABONA, L. F. FANK, O. L. VARELA, P. S. **Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis.** São Paulo. **Anais eletrônicos.** São Paulo: USP, 2011. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/507.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

MOURA, G. D.; VARELA, P. S. Análise da conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Unoesc. v. 13, n. 2, p. 637-662, 2014.

MOURA, G. D.; VARELA, P. S.; BEUREN, I. M. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, São Paulo. 2014.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; RAUSCH, R. B. Evidenciação do Capital Intelectual Pelas Empresas do Setor de Telefonia Fixa Listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias E Futuros–BM&FBOVESPA. **Revista de Administração da Unimep**, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2014.

OLIVEIRA, M. M. A.; **Ativo Intangível: Mensuração do P&D Gerado Internamente**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017.

ORO, I. M.; KLANN, R. C. Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 62, Rio de Janeiro. 2015.

PIONTKEWICZ, R.; FREITAS, M., do C., D. Pré-requisitos necessários para um sistema de informação contábil realizar a gestão do capital intelectual. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v. 14, n. 31, p. 171-188, mai./ago. 2018.

PUNTILLO, P. Intellectual capital and business performance. Evidence from Italian banking industry. *Электронный журнал Корпоративные Финансы*, **Revista Eletrônica Corporate Finance**. Ed 4-12. 2009.

RECH, J. O.; SCHNORRENBERGER, D.; LUNKES, R. J. A análise comportamental dos Ativos Intangíveis: Um estudo nas COMPANHIAS da BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Controladoria. UFPR**. v. 4, n. 2. Curitiba. 2012

RITTA, C. O.; CUNHA, L. C.; KLANN, R. C.; Um Estudo sobre Causalidade Entre Ativos Intangíveis e Desempenho Econômico de Empresas (2010 - 2014); **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 92 - p.107, 2017.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A Evidenciação Dos Ativos Intangíveis Nas Empresas Brasileiras: Empresas Que Apresentaram Informações Financeiras À Bolsa De Valores de São Paulo e Nova York Em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 9, n. 1, p. 62, 2010.

SAHUT, J.-M.I; BOULERNE, S.; TEULON, F. Do IFRS provide better information about intangibles in Europe? **Review of Accounting and Finance**, v. 10, Iss: 3, pp. 267 – 290. 2011.

SALMAN, R. T.; MANSOR, M. M.; BABATUNDE A. D.; MAHAMAD, T. Impact of Intellectual Capital on Return on Asset in Nigerian Manufacturing Companies. **Interdisciplinary journal of research in business**, v. 2, p. 4, p.21- 30. 2012.

SANTOS, A. V. F; XIMENES, C. G.; GALLON, A. V.; LUCA, M. M. M. Evidenciação de ativos intangíveis nas empresas industriais mais inovadoras segundo classificação do Índice Brasil de Inovação (IBI). **Revista ADM. MADE**, v. 16, n. 1, p. 1-23, Rio de Janeiro. 2012.

SGODA, C.; FREITAG, V. C. Percepções sobre o Registro da Marca. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**. V 8. Nº 2. Ponta Grossa. 2015.

SILVA, C. R.; HOBO, P. Y.; SCARELLI, P. N.; KUDO, S. H. Divulgação dos Ativos Intangíveis Segundo as Novas Práticas Contábeis: Um Estudo Comparativo 2008/2009. **Jovens Pesquisadores-Mackenzie**, v. 9, n. 2, 2012.

SILVA, N. C., FERREIRA, D. D. M., MARAGNO, L. M. D. A evidenciação de ativos intangíveis nas empresas do setor de saúde da B3. **4 Congresso Unisinos de Controladoria e Finanças**. São Leopoldo. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183684>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

VENTURA, A. K.; ROVER, S.; Nível de Comparabilidade dos Ativos Intangíveis das Companhias Brasileiras do Setor de Energia Elétrica Listadas na Bm&Fbovespa. **II Congresso de Gestão e Controladoria (COGECONT)**, - Chapecó – SC/Brasil, 2017.